



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 31ª
(TRIGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 22 DE ABRIL DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Evandro Garla a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito que a Segurança faça a divisão dos espaços na galeria com relação às categorias presentes na Casa para acompanhar a sessão na tarde de hoje.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante cinco minutos para que alcancemos *quorum* para efetivarmos a continuidade da sessão. Neste instante, apenas dois Parlamentares se encontram no plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h51min, a sessão é reaberta às 16h02min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Com 6 Parlamentares – Deputado Rôney Nemer, Deputado Wellington Luiz, Deputado Alírio Neto, Deputado Evandro Garla, Deputado Chico Vigilante, eu e Deputada Arlete Sampaio –, há *quorum* regimental.

Dá-se início ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Nós chamamos os Parlamentares pela ordem de inscrição. Uma vez o Parlamentar não manifestando interesse e não estando presente, não lhe será retornada a palavra, nos dias de votação.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o que me traz à tribuna é que eu acho que virei uma profeta do caos do transporte. Eu falei que coisas iriam acontecer, e elas têm acontecido. Não porque eu entenda mais do que ninguém, mas porque estou disposta a fazer e estou fazendo uma fiscalização.

Deputado Olair Francisco, eu me surpreendi, pois no dia 15 deste mês os rodoviários fizeram uma paralisação no Cruzeiro pedindo melhorias, porque falta bebedouro, falta lugar para comer. Isso é absolutamente normal. Esses líderes que fizeram essa movimentação foram mandados embora, Deputado Rôney Nemer. Aí, rebelados, outros colegas paralisaram a Rodoviária, no dia 17.

Tudo o que está acontecendo no transporte público é falta de zelo, é falta de um sindicato que se disponha a verdadeiramente representar os rodoviários. Sabe por que, Deputado Olair Francisco? A primeira vez que o edital de licitação do transporte público falou dos trabalhadores foi quando eu – não o sindicato, porque está organicamente ligado ao governo – vim trazê-lo aqui. Deputado, V.Exa. já foi Presidente do sindicato. Eu quero saber em que dia V.Exa. agrediu um servidor público que estava lá pedindo uma melhoria ou a garantia de um direito.

No dia 17, à tarde, alguns funcionários demitidos porque faziam paralisação na busca de melhorias foram chamados ao Buriti para serem ouvidos. Quando saíram da reunião do Buriti, foram atacados pelo presidente do sindicato, que deveria, naquele momento, dar apoio para aqueles servidores que estavam indo lá buscar a manutenção dos seus direitos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Uma pessoa que se chama Rodrigo ficou dois dias internada de tantas agressões, de tanto que apanhou. Como pode o presidente de um sindicato ou uma diretoria bater em alguém? Até um servidor público, Deputado Alírio Neto, que estava lá presente – um servidor que eles achavam que era um outro rodoviário insatisfeito – apanhou na porta do Palácio, sede do Poder!

Eu quero saber se é esse o tipo de representação sindical que nós queremos apoiar, que fala amém para o governo e que se esquece de que há eleição, de que esses servidores vão votar, porque é o fim do mundo! É o fim do mundo! Eles apanharam, estão aqui fora todos machucados. Eles foram surpreendidos com um tapa na cara, Deputado Wellington Luiz. Você pode até não concordar com o que uma pessoa que está sindicalizada faz, mas agredi-la? Eu não consigo entender para que tanta ira, por que tanta raiva. O Edilson estava junto com eles ali. Está todo mundo em estado de choque.

Algo que a gente tinha falado que iria acontecer eram as demissões do serviço de transporte público. Eu falei disso nesta tribuna. Falaram que eu estava mentindo. Quando as demissões começam a acontecer, o sindicato bate! Bate nos servidores! É isso? E esta Casa vai se calar?

Eu quero fazer uma moção de repúdio contra o sindicato por agredir seus servidores. Estou pedindo as imagens. Foi matéria do *Jornal de Brasília*, foi matéria de vários jornais. Um sindicato que não tem a sensibilidade de escutar as pessoas que representa não pode representá-las.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, eu acho que as denúncias que V.Exa. traz aqui são muito sérias. Eu tenho convicção de que, pelo trabalho que V.Exa. tem feito e pela respeitabilidade desse trabalho, elas procedem.

Quero dizer que V.Exa. conta – não só V.Exa., mas também os trabalhadores – com meu total apoio. Acho que nós, a Câmara Legislativa como representante da população do Distrito Federal, não podemos aceitar que esses fatos ainda aconteçam na Capital da República.

V.Exa. não só terá meu apoio na moção de repúdio como também em qualquer ação que V.Exa. resolva tomar. Pode contar com minha presença, com meu apoio não só em defesa dos trabalhadores, mas, principalmente, em defesa do direito de manifestação. Você pode até não concordar com o que as pessoas estão dizendo, mas, no mínimo, tem que ter o respeito de ouvi-las.

Acredito que especificamente na questão da Viação Piracicabana – encontrei os trabalhadores ali fora, não conheço profundamente o caso – confio muito no que V.Exa. está falando. Acho que esta Casa não pode aceitar esse tipo de situação. Nenhum cidadão merece qualquer tipo de agressão por estar defendendo seu direito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

de trabalhador. Inclusive, acredito que nós temos que pedir não só a moção, mas também providências à Polícia Civil, ao Ministério Público, a quem de direito. Pode contar com meu posicionamento favorável e com minhas ações naquilo que V.Exa. achar que seja necessário.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Obrigada, Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputada, de igual modo ao Deputado Alírio Neto, quero me aliar a V.Exa. Entendo muito bem o seu sentimento. Realmente, não dá para compreender um sindicato que contraria os interesses de seus sindicalizados. Não se pode nem dizer que esse sindicato está vendido para o governo, porque o próprio governo recebeu e ouviu esses servidores. Ou seja, estava sensibilizado. Isso causa estranheza. E aí, duvido que sejam sindicalistas, estão mais para bandidos. Isso é caso de polícia! E lugar de bandido é na cadeia.

Então, tem, sim, que sair desta Casa uma resposta. Deputada Celina Leão, V.Exa. pode ter certeza de que conta com meu apoio. Quero ouvir esses servidores e ajudá-los no que for possível. V.Exa. está de parabéns por trazer esse tema a esta Casa. Nós precisamos, sim, nos manifestar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio, pela Liderança do Governo.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos e a todas. Eu não poderia deixar passar à margem o fato de que ontem Brasília completou 54 anos de sua fundação. É sobre isso que quero dedicar minha fala nesta tarde.

Para começar, quero aqui tornar público um bilhete que Juscelino Kubitschek escreveu de próprio punho ao então Presidente do SPHAN – hoje Iphan, mas na época chamava-se SPHAN –, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Vou ler o bilhete de Juscelino: “Rodrigo, a única defesa para Brasília está na preservação do seu Plano Piloto. Pensei que o tombamento do mesmo poderia constituir elemento seguro, superior à lei que está no Congresso, e sobre cuja aprovação tenho dúvidas. Peço-lhe a fineza de estudar essa possibilidade, ainda que forçando um pouco a interpretação do patrimônio. Considero indispensável uma barreira às arremetidas demolidoras que já se anunciam vigorosas. Grato pela atenção. Abraços, Juscelino Kubitschek. Brasília, 15 de junho de 1960.”

Fico muito impressionada com a clarividência do Presidente Juscelino, que não só ousou trazer a Capital da República para o coração do Brasil, como também, após a fundação da cidade, teve essa intuição de que aquele projeto urbanístico maravilhoso, inovador, feito por Lúcio Costa, estaria em risco, se fosse sujeito às



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

investidas da especulação imobiliária em nossa cidade. Então, ele pede para que Brasília seja tombada.

Isso veio acontecer somente em 1987. Brasília é hoje tombada pela Unesco como patrimônio da humanidade. É tombada por decreto federal e por decreto do Distrito Federal. Temos que refletir sobre o que significa este *status* concedido a Brasília, de ser uma cidade patrimônio da humanidade. Isso significa a possibilidade de transformar esse tombamento em um processo crescente de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento urbano e de desenvolvimento humano para nossa cidade.

Brasília é um sítio histórico único. É a única cidade construída no século XX que é tombada como patrimônio da humanidade. Isso em si já é um fato inusitado, e às vezes parece que não nos damos conta da grandiosidade dessa decisão, dessa atitude. Se Brasília é patrimônio da humanidade, ela precisa basear seu desenvolvimento econômico em indústrias que sejam de ponta, sobretudo na indústria do turismo, porque milhões e milhões de cidadãos do mundo inteiro têm intensa curiosidade de conhecer esse projeto urbanístico inovador, feito por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, que transformou Brasília em patrimônio da humanidade.

Portanto, eu quero saudar os 54 anos de Brasília como patrimônio da humanidade e quero comemorar a construção da nossa cidade. Quero saudar a memória de Juscelino Kubitschek, que teve a clareza de ver que não era possível continuar construindo o Brasil com o desenvolvimento exclusivamente feito no litoral, de olhos para a Europa e de olhos para os Estados Unidos. Era preciso olhar para dentro do País. Mais do que isso, era preciso olhar para o continente latino-americano e fazer com que o Brasil se integrasse à sua condição de país latino-americano que tem todas as condições de fazer com que esse continente se construa de forma diferenciada do resto do mundo.

É o que está acontecendo neste momento, quando governos de diversos países da América Latina não querem mais se submeter aos ditames do capital financeiro internacional e procuram criar o projeto de desenvolvimento de suas nações.

Então, saudando Brasília, saudando seus 54 anos, quero aqui homenagear Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e todos aqueles que construíram esta cidade que é hoje patrimônio da humanidade.

Para terminar, quanto ao assunto que se iniciou com a fala da Deputada Celina Leão, estou tentando falar com a diretoria do sindicato. Não devemos votar nenhuma moção enquanto a verdade dos fatos não vier à tona. Existe uma versão, e há a possibilidade, a partir de informações concretas, de tirar dúvidas. Se houve realmente um fato como esse, é preciso que não concordemos com essa prática de atacar ou agredir as pessoas. É fundamental a democracia em todos os meios, sobretudo no meio sindical.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Portanto, nesta tarde, eu quero dizer a vocês que é preciso, antes de tudo, termos certeza daquilo sobre o que nos posicionamos.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio. Parabéns pelo pronunciamento. Um pronunciamento lúcido, que levanta a magnitude da capital sobre a qual temos a responsabilidade de legislar.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero aqui reafirmar que irei propor – quem quiser votar, vote comigo – a nota desse sindicato pelego. Ele é tão ruim, que não justifica as agressões. Só diz que está tentando expurgar um grupo que é comandado politicamente pela Deputada Celina Leão.

Pelo amor de Deus! É um sindicato pelego, irresponsável e mentiroso! O sindicato não consegue defender os trabalhadores e põe a culpa no Parlamentar que os defende aqui na Câmara Legislativa. A primeira representação do Ministério Público do Trabalho não foi do sindicato, foi da Deputada Celina Leão. Se eles procuram meu gabinete é porque não confiam nesse sindicato pelego.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, pela liderança do bloco parlamentar PT/PRB.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer uma homenagem no dia de hoje aos rodoviários do Distrito Federal.

Dia 1º de abril de 1985, quando as pessoas tinham medo de sair às ruas ou estavam escondidas debaixo da cama – porque se vivia um processo, Deputado Chico Leite, de transição da ditadura para a democracia –, os rodoviários resolveram fazer uma greve no Distrito Federal.

Como presidente da Central Única dos Trabalhadores, ajudei os rodoviários naquela greve. Fui um dos coordenadores das negociações, enfrentando Wagner Canhedo e Nenê Constantino, os dois principais responsáveis pelo transporte do Distrito Federal.

Por que a greve? Os rodoviários trabalhavam até dezoito horas diárias e não recebiam hora extra. Eles fixavam quantos quilômetros o ônibus tinha de rodar com o litro de óleo diesel, e o que estourasse, o motorista era obrigado a pagar. Era obrigado a pagar avarias e, quando eram demitidos, era sempre por justa causa. Nós vencemos a greve e vencemos a luta da eleição do sindicato.

A diretoria do Sindicato dos Rodoviários do Distrito Federal, liderada pelo João Osório, segue uma linha que vem desde o tempo do Pedro Celso. É um sindicato dos mais combativos do Distrito Federal e do Brasil. Portanto, chamar esse sindicato de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

pelego, no mínimo, é desconhecer a história; no mínimo, é não saber efetivamente como se deu a história no Distrito Federal.

O rodoviário tem o seu sindicato para representá-lo. Ele não precisa de porta-voz. Esse sindicato, do qual eu conheço a trajetória, eu sempre ajudei e vou continuar ajudando sempre. Digo mais, não teria ocorrido a licitação do transporte público do Distrito Federal, se não houvesse a participação direta do Sindicato dos Rodoviários, que, inclusive, garantiu o emprego dos trabalhadores.

O primeiro debate, Deputado Chico Leite, que foi feito aqui, nesta Câmara Legislativa, foi uma audiência pública de minha autoria para debater o destino dos rodoviários. E vencemos. Portanto, querer atacar quem está trabalhando, querer atacar quem tem dignidade, querer atacar pessoa da diretoria do sindicato, na pessoa do João Osório, é, no mínimo, não entender absolutamente nada da luta dos trabalhadores, é não entender absolutamente nada a respeito dos trabalhadores. Esse sindicato é filiado à Central Única dos Trabalhadores. Esse sindicato continua sendo o esteio da democracia no Distrito Federal.

Conheço a diretoria do sindicato. Sempre estive na luta junto com eles e assim continuarei. Essa é a verdade verdadeira do que acontece no Distrito Federal. É isso o que acontece no Distrito Federal. Portanto, não venham atacar esse sindicato de maneira irresponsável, ainda mais se são pessoas que sequer conhecem a história do movimento sindical do Distrito Federal.

Sr. Presidente, os rodoviários têm uma página na defesa da democracia, pois participaram de todas as lutas aqui no Distrito Federal. Participaram da luta pelas Diretas Já, da luta por eleições no Distrito Federal. Participaram de todas as lutas de transformação da sociedade aqui no Distrito Federal.

Sr. Presidente, eu gostaria de também registrar uma situação grave que está acontecendo na cidade de São Paulo. Eu creio, Deputado Chico Leite, que V.Exa. tenha ouvido a notícia sobre 35 ônibus que foram incendiados ontem dentro da garagem de uma empresa de ônibus, em São Paulo. O que aconteceu ali foi terrorismo. Aquilo é inaceitável. Aquilo é inadmissível. Está na hora de ocorrer a votação no Congresso Nacional da lei que vai tratar como terrorismo atos como aquele. Não se trata de vandalismo, aquilo é terrorismo puro e simples e tem que ser repudiado por toda a sociedade.

Sr. Presidente, obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco pela Liderança do PTdoB.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero dizer às pessoas que se encontram nas galerias há mais de quinze dias que estamos trabalhando para resolver o problema do projeto de vocês.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Nesta semana – não é, Sr. Presidente? –, ainda hoje, talvez seja possível votar, em primeiro turno, aquele projeto tão esperado por todos vocês.

Em segundo lugar, eu espero que esta lei que vai ser votada lá na Câmara dos Deputados em relação às manifestações não seja para tirar a liberdade do cidadão, porque nós estamos caminhando para a frente. Espero que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, para referendar, não deem um passo para trás, porque eu entendo que a liberdade é o melhor caminho para a justiça acontecer.

Um segundo assunto, Sr. Presidente, é que, hoje, na hora do almoço, eu estava assistindo ao DFTV e fiquei muito surpreso, Deputado Chico Vigilante, quando ouvi que foi feita uma exumação lá no Cemitério do Gama e que o corpo não estava mais lá. Sumiu o corpo, que tinha sido enterrado por uma família.

Nós sabemos muito bem que enterrar uma pessoa no Distrito Federal é a coisa mais difícil. Primeiro, porque o cidadão chega para enterrar uma pessoa e, na emoção, por um velório que era para lhe cobrarem 1 mil reais, chegam a cobrar 4 mil, 5 mil reais. E nós ficamos calados, calados e calados.

Está na hora de fazermos a CPI do Cemitério funcionar, para ver se colocamos essas coisas no eixo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Olair Francisco, essa denúncia que V.Exa. traz, que é grave, é exatamente o coroamento da irresponsabilidade que foi a privatização dos cemitérios no Distrito Federal.

A privatização dos cemitérios no Distrito Federal, feita em governos anteriores, levou a essa situação que V.Exa. coloca aqui hoje. Além de prestarem um serviço mau e caro, ainda somem com os corpos? Hoje, quando as pessoas mais pobres do Distrito Federal morrem, os parentes estão tendo que levar para fora para sepultar, porque não dão conta de pagar aqui. É tão cara a taxa das capelas, que os parentes, Deputado Chico Leite, não estão fazendo mais velório. Levam direto do necrotério para a sepultura porque não dão conta de pagar as taxas. É uma verdadeira extorsão o que estão fazendo.

Portanto, além da CPI, que eu apoio, está na hora de o Governo do Distrito Federal também reestatizar os cemitérios do Distrito Federal.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Ah, isso eu quero ver. Deputado Chico Vigilante, por eu ter ouvido essas suas palavras, conceder o aparte a V.Exa. talvez tenha sido a coisa mais importante que fiz, principalmente porque as pessoas, de forma carinhosa, de vez em quando dizem que V.Exa. tem um telefone vermelho.

Seria muito importante que o Governo do Distrito Federal assumisse novamente a administração dos cemitérios no Distrito Federal, porque certas coisas,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Deputada Celina Leão, têm que estar na mão do Estado. Como é que nós privatizamos o cemitério, que é uma coisa social, uma coisa necessária? Privatizam e perdem o controle. Deputada Arlete Sampaio, para você enterrar uma pessoa você tem que pagar em torno de 4 mil reais só para o cemitério? Primeiro porque o cidadão não tem conhecimento. Aí, dizem a ele que tem comprar um túmulo para três pessoas, e a pessoa compra; mas, quando vai enterrar o segundo, o corpo sumiu. E aí? Nós vamos ficar aqui e deixar isso passar despercebido, como se nada estivesse acontecendo?

Deputado Wasny de Roure, hoje eu estou abrindo mão de trazer aqui as novidades do G5, que está se preparando para discutir o Distrito Federal. Essa é uma matéria do G5, que quer que as coisas aconteçam da forma certa, que não quer que fique faltando nenhuma vírgula sobre as coisas de Brasília.

Hoje eu uso esta tribuna para falar em nome de uma família que está triste, porque, além de perder agora mais um parente seu – um irmão –, perdeu também aquele que já tinha ido há tempos.

Portanto, Sr. Presidente, eu vou protocolar aqui a CPI dos Cemitérios. Espero contar com o apoio da maioria dos parlamentares deste Parlamento, porque está na hora de começarmos a ver Brasília com mais seriedade.

Dizem que a intervenção no transporte público foi necessária. Correto! Fez certo! Interveio, tomou empresas etc. Fez a licitação. Essa questão das pessoas que partem desta vida para o plano superior também tem de ser avaliada, porque virou coisa de elite enterrar pessoas no Distrito Federal, Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Ouço aparte de V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Deputado Olair Francisco, não tenho nenhuma dificuldade em assinar a CPI proposta por V.Exa., mas quero aproveitar a oportunidade para pedir que V.Exa. assine uma CPI minha também, que é a do transporte público. Quem sabe não conseguimos esclarecer uma licitação fraudada, que aumentou o valor das tarifas, que diminuiu o número de ônibus, que está causando esse caos no transporte público e que é noticiada todos os dias nos jornais? Poderíamos, além de ajudar a enterrar os mortos, ajudar os vivos a se deslocarem em Brasília, o que eles não conseguem mais hoje em dia.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Agradeço o aparte da Deputada Celina Leão, que hoje está uma leoa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Olair Francisco.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PEN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, galeria, quero aqui manifestar o meu apoio ao movimento e deixar bem claro que, naquilo que for possível, podem contar não só comigo, mas também com o meu gabinete.

Como eu disse ao representante de vocês, acho que a carreira é algo interessante, mas qualquer benefício que seja levado à categoria tem de ser estendido a quem fez o mesmo concurso, a fim de que tenhamos uma situação isonômica. Manifestei isso e quero deixar bem claro que essa é a nossa posição. Isso não significa que a carreira está inviabilizada. Muito pelo contrário. Creio que todos os trabalhadores merecem condições dignas de trabalho.

Sr. Presidente, tenho vindo a esta tribuna constantemente...

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador) – Colegas, peço a colaboração de todos vocês.

Deputado Alírio Neto, informo a todos os servidores da Carreira da Assistência Social e aos servidores que estão lutando pela Carreira Socioeducativa que, na reunião de Líderes, ficou estabelecido que se trabalhariam as propostas – em torno de vinte emendas – juntamente com os secretários e as representações sindicais do segmento.

Vimos para o plenário com o propósito de que, uma vez aquiescidos os entendimentos, as emendas seriam trazidas a plenário. Então, peço a colaboração de todos vocês. Temos uma sessão com uma pauta bastante vasta. Por isso, a colaboração de vocês vai ajudar e, consequentemente, poderemos chegar a um resultado que atenda a ambas as categorias.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

Sr. Presidente, nos meus últimos dois discursos, tratei da relação do Estado com o cidadão. Acredito que a máquina estatal, da forma como foi constituída na sociedade atual, ocidental, é muito mais uma estrutura para manter o Estado do que para satisfazer o cidadão. A prova disso – já falei algumas vezes – é a inversão do ônus da prova, quando se trata da relação do cidadão comum com o Estado. Se tivermos que buscar o nosso direito em qualquer ramo... No Direito Penal, por exemplo, se houver um homicídio, um latrocínio, o Estado terá que provar a quem ele está acusando, que é o criminoso. Já no Direito Tributário, isso se inverte. Se um fiscal tributário determinar que você terá de pagar uma multa, você é que deverá provar sua inocência. A inversão do ônus da prova ocorre no Direito Tributário. Nos outros Direitos, não.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Toda vez que há um crime, uma decisão qualquer contra um cidadão que foi vitimado, quando se chega à sentença final, no processo penal, sempre se condena o indivíduo, o criminoso. Muitas vezes, inclusive, há multas, mas não se dá essa multa de direito de ressarcir à pessoa que foi vitimada ou às famílias.

Na busca de se igualar, de alguma forma, essa relação do Estado com o cidadão, que é quem mantém essa máquina, em 2000 – este é um assunto que tenho estudado há algum tempo, e acho que o Distrito Federal tem sido exemplo nisto –, apresentei um projeto de lei nesta Casa que, infelizmente, ainda não foi aprovado, que é a Lei de Defesa do Contribuinte. É exatamente a relação do cidadão com o Estado.

Temos a Lei de Defesa do Consumidor, que nos diz qual é a relação do consumidor com o Estado, mas nós, cidadãos comuns, somos também consumidores daquilo que é oferecido pelo Estado, e não há uma legislação que nos diga quais são os nossos direitos com relação a esse Estado.

Eu reapresento esse projeto. Em 2000, eu o apresentei, e a Câmara de Diretores Lojistas o levou a um congresso em Fortaleza, no Ceará, onde foram feitas diversas cópias do projeto, que foram espalhadas pelo Brasil.

Em Belo Horizonte, a Lei de Defesa do Contribuinte já é uma lei. No Paraná, ela já está vigorando, mas, em Brasília, a primeira unidade da federação à qual o projeto foi apresentado, não consegui, até agora, sua aprovação, porque algumas pessoas não conseguem compreender que estamos falando da relação do cidadão comum com o Estado.

Podemos citar alguns exemplos. Temos as taxas cobradas no Distrito Federal que são totalmente inconvenientes e calculadas de forma incorreta. Uma delas é a taxa de esgoto. Na sua conta, na sua tarifa pública de água e esgoto, há 100% de esgoto da água que entrou. Não é possível que se coloquem de volta no esgoto 100% da água que entra em uma residência. Disso, não se tem conhecimento. E todo mundo sabe que taxa é um tributo a ser pago por um serviço prestado. Se nem tudo o que entrou na sua casa, como água potável, retornou no esgoto, significa que você não tem de pagar 100%.

Temos ainda, por exemplo, na tarifa da Caesb, um elemento que se chama manutenção de hidrômetro. Todos sabemos que o hidrômetro não pertence ao consumidor, mas à Caesb. E quem paga a manutenção do hidrômetro é o cidadão.

Um outro exemplo é o de que, segundo o Código de Defesa do Consumidor, se uma empresa fizer uma cobrança ao consumidor de forma equivocada, com um valor a mais, ela será obrigada a pagar em dobro ao consumidor. Já o Estado, se cobrar o imposto de forma incorreta, ou uma taxa, ou um tributo de forma incorreta, leva-se anos para se conseguir reverter aquilo e muitas vezes o cidadão ainda é inscrito em dívida ativa.

O que estou procurando fazer – aquilo que aconteceu em Belo Horizonte e no Paraná foi uma cópia da lei apresentada primeiramente nesta Casa, por mim – é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

exatamente tentar nivelar esse serviço, saber quais são os nossos direitos, como consumidores, em relação ao Estado.

Quando você chegar a uma escola pública, qual é o seu direito com relação a ela? Quando você chegar a um hospital, a um pronto-socorro, a uma UPA, qual é o seu direito com relação ao serviço que vai ser apresentado ali? Quando você chega a uma delegacia, qual é o seu direito com relação àquela delegacia?

Eu ainda poderia citar alguns artigos desse projeto, mas algumas pessoas acham que ele, de alguma forma, afronta o Poder Executivo. Esse projeto não busca afrontar o Poder Executivo, esse projeto busca um equilíbrio na relação do cidadão comum com a ganância, a gula do Estado em cobrar imposto, tributo e tarifas do cidadão comum. Não aguentamos mais a situação em que está o nosso País.

Brasília, que poderia ser exemplo, que teve o primeiro projeto de lei em defesa do contribuinte, apresentado por mim, em 2000, infelizmente, não será pioneira nisso. Mas espero que, ainda nesta legislatura, consigamos aprovar isso, para que possamos começar as mudanças tão necessárias na sociedade brasileira: respeitar aqueles que mantêm toda a estrutura do Estado e que pagam os nossos salários, que são os contribuintes do dia a dia. Não é mais possível colocarmos a mão nos olhos para aquilo que está acontecendo com o contribuinte, em nosso País.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Alírio Neto.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Como Líder. Sem revisão do orador.)
– Obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Alírio Neto, há um projeto, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que limita em 65% essa taxa. Já está tramitando, já está nas comissões. É um trabalho que está sendo feito por um Deputado do PMDB que contribui e colabora com o seu entendimento.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, eu quero iniciar o meu pronunciamento dizendo e deixando bem claro, até na condição de Presidente de Sindicato da Polícia Civil por doze anos, que nós devemos sempre lutar pela melhoria dos servidores. Quero deixar novamente bem claro que o meu pronunciamento não é para prejudicar nenhuma outra categoria.

Eu acho que esta Casa deve construir uma alternativa. Não podemos ignorar o compromisso feito com a categoria. Se o governo errou nas suas ações, essa categoria não tem nada a ver com isso. Há um projeto tramitando nesta Casa há quase um mês. É o que criou a expectativa de se votar um projeto que foi, acredito



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

eu, discutido dentro do governo. Agora, já se passaram dias e semanas, e não se fez nada.

Na semana passada, nós participamos de uma reunião com V.Exa. na qual firmamos o compromisso de que hoje votaríamos o projeto criando a categoria Sinase. Eu acho que o mínimo que esta Casa deveria fazer é responder aos anseios da sociedade votando o projeto que foi encaminhado pelo governo.

(Manifestação no plenário.)

Gente, nós temos que deixar bem claro – e aí muito me estranha que uma categoria não queira que seja votado o projeto de outra: não pode! É claro, esta categoria tem que reivindicar os seus direitos, tem o meu apoio e tem o apoio do PMDB para poder construir em outro projeto tudo aquilo que vocês merecem. Agora, tentar parar outro projeto... Aí não dá para entender.

Eu vi, Sr. Presidente, o esforço que V.Exa. fez hoje para que encontrássemos uma saída. Seja qual for a saída, acho que é obrigação desta Casa votar, pelo menos em primeiro turno, o projeto que para cá veio.

Por isso, quero pedir a V.Exa. e aos demais pares que haja sensibilidade para podermos dar uma resposta a um projeto que foi encaminhado pelo próprio governo. É de iniciativa do Executivo. Se é do Executivo, é a vontade do governo.

Mais uma vez gostaria de pedir que isso fosse incluído.

Muito obrigado.

(Manifestação no plenário.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Para breve comunicação.) – Obrigada, Sr. Presidente, boa tarde a todos, boa tarde a todas as categorias presentes que acompanham este momento.

Quero dizer que nós precisamos buscar um grande acordo. Que todas as categorias possam ser atendidas. Eu tenho certeza de que neste momento nós estamos trabalhando nisso. Houve um compromisso de votarmos o projeto dos ATRS hoje. Nós estamos buscando isso por meio do estudo das emendas que foram apresentadas pela carreira da assistência social, nós estamos desde a hora do almoço tentando encontrar aquilo que atenda a carreira da assistência e os ATRS. Eu tenho certeza de que, com o nosso trabalho, vamos conseguir. Queremos honrar muito o Sindsasc, que trabalhou esse feriado na produção dessas emendas que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

foram apresentadas hoje. Quero dizer que nós começamos o estudo assim que foram recebidas as emendas, na hora do almoço. Estamos agora comparando essas emendas, junto com as outras assessorias de Parlamentares. Eu e a Deputada Arlete Sampaio estamos procurando encontrar todos os pontos em comum. Eu tenho certeza de que ainda hoje nós vamos chegar a este grande acordo.

Se não for possível, os representantes das duas categorias serão chamados para que nós possamos apresentar o que está sendo estudado, o que é possível fazer e o que não é. O que não pode, gente... É muito importante dizer que todos nós estamos aqui para servir, indistintamente, a todos no Distrito Federal. Vocês eram de uma mesma carreira, são irmãos. Então, não podemos sair, naquilo que se pretende como uma evolução, com esse nível de animosidade.

Portanto, o apelo que faço a vocês é o seguinte: confiem nos seus líderes, porque eles vão colocar para vocês aquilo que está sendo discutido e como está sendo discutido. Nós vamos nos empenhar para dar essa resposta na data de hoje.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde meus pares, boa tarde a toda a galeria.

Eu, como já sou um ancião, sou aposentado, tenho que puxar as minhas palavras lá em Roberto Carlos, que dizia que não interessa o motivo da guerra, mas a paz é mais importante.

Isso serve para que nós cheguemos à conclusão de que nós somos todos amigos, de que nós somos todos companheiros e não podemos ficar nos digladiando, porque nesse racha só quem ganha é o governo. Não é momento para haver racha, é momento para que nós, tanto o pessoal do serviço social quanto os ATRS, nos unamos para acharmos uma solução para o problema. Não podemos deixar uma carreira sem ganhar nada. Temos que levar as duas. Temos que criar uma carreira, mas temos que levar a outra!

Queria aqui agora conclamar os senhores: em vez de ficarmos nessa guerra, que nos unamos, tanto os ATRS como o pessoal do serviço social, para acharmos uma solução para o problema. Só vocês estão perdendo nessa divisão da carreira.

Queria continuar dizendo que esta é uma Casa de Leis e que as leis que aqui são feitas, quando sancionadas, têm que ser cumpridas, Sr. Presidente, Deputado Chico Vigilante, minha Líder do Governo.

Parece que nós estamos brincando ao elaboramos aqui diversas leis, Sr. Presidente, e nós não estamos aqui para brincadeira! Uma lei, de minha autoria e da Deputada Celina Leão, estabelece isenção do IPVA para as vans escolares, e essa lei



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

não está sendo cumprida pelo Governo do Distrito Federal, não está sendo cumprida! Estão usando diversas situações para não cumprirem a lei que diz que o transportador escolar tem isenção do IPVA! Se o governo sancionou, se passou por todas as comissões, é porque a lei não é inconstitucional! Ninguém entrou com ADI. Agora ficam arrumando dificuldade para não dar isenção àqueles trabalhadores que carregam o que é mais importante para nós, nossos filhos. Se nós temos ouro hoje, o nosso ouro são os nossos filhos. Ficam arrumando dificuldade para que os transportadores escolares não tenham o direito que esta Casa consolidou com o voto de todos os Deputados que aqui estão. Independentemente de quem votou ou não, se foi votado e foi sancionado, é lei! Agora ficam arrumando dificuldade: "Ah, tem que ter uma vistoriazinha, tem que ter isso, tem que ter aquilo." Tudo para dificultar, para que não se tenha direito!

Então, vamos brincar de fazer lei, vamos fazer de conta que ela vai valer, vamos brincar aqui, vamos ficar quatro anos brincando! Eu não sou homem para isso não! Ou as coisas começam a andar no trilho ou não dá para conversarmos. A gente tem visto aí a proibição de as pessoas terem isenção nos seus IPVAs porque a vistoria é dia 2, mas o Detran só marca para o dia 4. Como é que o camarada vai fazer uma vistoria dia 2, Deputado Wellington, se o Detran marcou para o dia 4?

Portanto, eu queria pedir aqui aos nossos Líderes, ao nosso Governador, a quem possa nos ajudar, que façam com que as nossas leis entrem em vigor e tenham validade! Se assim não for, não há o que se falar. Se o próprio Estado não aceita a lei, fica difícil.

Sr. Presidente, era isso que eu queria dizer ao senhor: nos ajude. O senhor, como Presidente desta Casa, está fazendo um belíssimo trabalho. Nós estamos sabendo das dificuldades que o senhor tem. Agora, eu queria pedir a V.Exa. que veja essas leis nossas, veja! Se foram sancionadas, é porque são leis. E, se são leis, têm que ser cumpridas.

Eu quero agradecer a V.Exa., quero agradecer à plateia. Eu acho que os líderes dos ATRS e os líderes do serviço social deveriam sair para conversar. Vamos chegar a um acordo, pessoal. Ninguém aguenta...

(Manifestação nas galerias.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Esperem, esperem. Calma, calma, calma. Pessoal, esperem, esperem. O que eu quero dizer a vocês é o seguinte...

(Manifestação nas galerias.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Não, eu sei disso, tanto é que estamos aqui... Você tem toda razão. Mas lá também tem. Toda história tem três lados: o meu, o seu e o verdadeiro. Vamos nos unir porque na união resolvemos o problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agora, vamos lá. Vamos lá agora.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Dr. Michel.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero anunciar e saudar as presenças do professor Davi, do aluno Ivo Braga, da aluna Júlia Costa e do aluno Marcelo Araújo, que são do Centro de Ensino Médio de Taguatinga. Eles estão hoje fazendo o projeto Adote um Distrital. Então, eles estão me acompanhando durante todo o dia aqui na Câmara Legislativa. Eu quero saudar a presença de vocês e dar-lhes boas-vindas. Espero que vocês gostem tanto que um dia queiram voltar como Parlamentares.

Em segundo lugar, eu quero comentar sobre essa questão do projeto. Eu queria pedir a vocês que, por favor, me ouvissem democraticamente.

Temos que aprender uma lição em nossas vidas: não existe nenhum acordo que seja absoluto. O que se anunciou na semana passada pode não ser exatamente o que pode ser feito hoje a partir das circunstâncias. É assim a vida.

Então, qual é o problema? Na quarta-feira passada, houve uma reunião do Secretário da Sedest com o Secretário de Administração Pública. Foi falado ao Secretário sobre a necessidade de mudar o que está no texto da lei com relação à carreira de assistência para atender essa categoria.

Eu entendo que os ATRS não querem e não devem ter o objetivo de derrotar uma categoria, mas, sim, de produzir aquilo que seja bom para eles.

Nesta Casa Legislativa, em outras circunstâncias, em outros projetos do Poder Executivo também, como é o caso do Detran/DER, todos nós tivemos a paciência de aguardar que acordos pudessem ser feitos, que houvesse um consenso nos projetos para que aqui pudéssemos votá-los. Eu me lembro até do episódio do Detran, no qual havia uma proposta para mudar o nome de uma carreira. Não havia consenso, e eu, como Líder do Governo, à revelia da Secretaria, banquei o acordo em nome da nossa convivência, em nome da construção de um projeto conjunto. Depois o Governador o sancionou com a emenda. Não foi preciso votarmos aqui depois, para derrubar o veto. Nada disso. Portanto, é assim que temos que trabalhar.

Não haverá nenhum prejuízo para a carreira do Sinase, se sentarmos juntos com os companheiros da assistência social e discutirmos todas as emendas. Não haverá nenhum prejuízo, se sentarmos como estamos fazendo agora. Nós recebemos todas as emendas depois de meio-dia, quase às 13h. Nós já fizemos a mudança do texto para adequar a redação legislativa e estamos agora discutindo. É possível chegarmos a um acordo ainda hoje e votarmos o projeto. Não há necessidade de votarmos em primeiro turno e, depois, emendarmos. Não. Vamos votá-lo corretamente e de comum acordo desde o primeiro momento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

O meu espírito é esse. Nós estamos aqui conversando; a Deputada Eliana Pedrosa e eu trabalhamos as emendas; vamos mostrá-las todas à Secretária da Criança, que está aqui ao lado, para vermos se há acordo. Havendo acordo, nós o votaremos tranquilamente. É esse o espírito da coisa.

Vocês da carreira do Sinase já ganharam um *round*. É importante que compreendam isso. Porque eu – pelo menos eu, Deputada Arlete Sampaio, não a Líder do Governo, mas a Deputada Arlete Sampaio – seria contra a construção dessa carreira, acho que ela não deveria ser criada. Mas o governo mandou o projeto, e nós vamos trabalhar para que ele seja aprovado, porém dessa maneira, com todas as emendas da carreira da assistência.

Então é isso que estamos propondo. Portanto, não há prejuízo algum se votarmos hoje meia-noite, 1h da manhã, seja a hora que for, desde que haja acordo.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro quero fazer uma saudação aos trabalhadores que estão na galeria no dia de hoje.

O entendimento que tenho é o mesmo que a Deputada Arlete Sampaio já trouxe e que eu expressei na reunião de Líderes. Nós temos que chegar a um entendimento, envolvendo o Secretário Wilmar Lacerda, o Secretário Osvaldo Russo e o Secretária da Criança, bem como os Deputados e os representantes do Sinase e dos assistentes sociais. Não dá para votar um projeto aqui com um grupo atropelando o outro.

Não é a primeira vez que fazemos isso. A questão do DER, Deputado Rôney Nemer, V.Exa. que coordenou aquele processo, foi assim. Ficaram sentados, separados, numa tensão danada e, no final, chegamos a um entendimento que agradou a todos. Eu não tenho dúvida de que chegaremos ao mesmo entendimento com relação às carreiras que estão aqui hoje.

Tomei a liberdade agora há pouco – por isso o Deputado estava me chamando e eu demorei um pouco – de ligar para o Governador e informar a situação que está estabelecida aqui. Nós não estamos discutindo um projeto para esse ou para aquele governo. Nós estamos discutindo um projeto para o Estado Distrito Federal. É para o conjunto da população, que vai ser atendida, e também



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

para os servidores, que são servidores do Estado; não são desse ou daquele governo. Por isso temos que ter a sabedoria de chegarmos a um entendimento que agrade a todos, para que ninguém saia daqui com a sensação de derrotado.

O Governador me disse que iria determinar agora ao Secretário Wilmar Lacerda, ao Secretário Osvaldo Russo e à Secretária da Criança que se reúnam e se entendam entre eles para chegarem aqui, Deputado Wellington Luiz, com uma proposta fechada, ouvidos os servidores.

A minha sugestão – eu fiz há pouco e estou mantendo – é que, uma vez eles chegando a um entendimento, nós peguemos uma representação da Secretaria de Assistência Social, uma representação dos dois sindicatos, e sentemos com o grupo de Deputados e de assessores para debatermos até a exaustão, mas que cheguemos a um entendimento.

Não temos condições de votar no dia de hoje. Eu não tenho problema nenhum de anunciar a nossa posição. Nós não vamos votar no dia de hoje.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Nós só vamos votar na hora em que se chegar a um entendimento. Enquanto não houver entendimento, a nossa bancada não vota.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, galeria, quero saudar as categorias aqui. Eu acredito que os meus antecessores já deram um tom de que nós temos que buscar o entendimento, sim, valorizando as carreiras, as conquistas, o que foi acertado, e buscando a melhoria. Mas, como todos aqui já falaram desse tema, vou tentar acalmar um pouco os ânimos, porque estão bem acirrados.

Vou quebrar um pouco o tema, Sr. Presidente, e trazer aqui uma contribuição que acho que não pode passar em branco: sobre a Bienal do Livro de Brasília, que se encerrou ontem e a que muitos tiveram a oportunidade de comparecer – tanto às palestras quanto às exposições e *shows* que aconteceram no evento. Para mim, inclusive, foi um momento de muita alegria ouvir o grande mestre Ariano Suassuna dizer que a cultura ilumina o caminho – o caminho que a gente tem que seguir.

Dados demonstram que o evento teve grande sucesso. Segundo a Secretaria de Cultura do Distrito Federal, calcula-se que 270 mil pessoas, ou seja, acima da previsão de 250 mil, passaram pela Esplanada dos Ministérios, onde foi sediada a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Bienal – um público de 70 mil pessoas a mais do que a edição de 2012, que contou com 200 mil visitantes.

Do ponto de vista comercial, de incentivo à cadeia produtiva do livro, foram comercializados mais de 8 milhões na venda de livros, o que dá um incremento muito grande para a indústria do Distrito Federal também no tocante à geração de emprego e renda.

Durante dez dias, a Bienal teve a presença de 128 autores nacionais e internacionais, além de *shows* e palestras.

Faço questão de parabenizar o Secretário Hamilton Pereira pelo trabalho realizado com sua equipe, e também o Secretário de Educação Marcelo Aguiar, pela dedicação. Inclusive, desse público tão importante que esteve lá, Sr. Presidente. houve principalmente crianças e jovens das escolas públicas do Distrito Federal. Cerca de 15 mil jovens estudantes do Distrito Federal passaram por dia na Bienal do Livro de Brasília, um dado extremamente importante.

Outra característica interessante que quero salientar sobre a Bienal – da qual tive a oportunidade de falar desta tribuna – é que a temática deste ano estava ligada aos 50 anos do golpe militar. Foram muito oportunos os debates sobre o golpe. Aliás, hoje a Comissão da Verdade divulgou informações sobre a morte do fundador de Brasília, Juscelino Kubitschek, um assunto que intrigava o País há muito tempo – a questão do acidente que ele teria sofrido. A Bienal trouxe essa temática, que foi muito interessante para o debate dos estudantes, dos palestrantes, dos expositores. Tive a oportunidade de assistir lá a palestras extremamente interessantes e importantes para todos que participaram.

Faço questão de destacar Ariano Suassuna – como já falei há pouco –, que veio à Capital da República, mesmo com sua condição física fragilizada, para participar deste grande evento; o grande mestre Eduardo Galeano, do memorável livro *As veias abertas da América Latina*; Mia Couto, escritor moçambicano que tem grande influência no Brasil; e Ziraldo, nosso querido Ziraldo, que é um ícone do Pasquim e da arte gráfica do Brasil.

Vem uma inquietação muito grande da minha parte, Sr. Presidente, e eu gostaria de pedir muito sobre isso. Nós já tivemos eventos que, infelizmente, quando muda o governo, são deixados de lado. Ou então uma política que é de governo e, quando muda o governo, deixa-se essa política de lado. Então, peço que esta Casa se manifeste principalmente pela manutenção da Bienal do Livro.

Brasília foi alçada ao centro da temática literária do País, e não podemos permitir que isso mude, como já aconteceu em outros momentos, como quando tínhamos as temporadas populares, que, entre um e outro governo, acabaram.

A política da literatura – do incentivo à leitura, da Bienal do Livro – tem de ser de Estado, para facilitar o acesso à leitura, ao livro, ao debate de grandes temas por nossos estudantes. Esta é uma temática extremamente proveitosa. Temos de nos pautar no exemplo da Bienal do Livro de São Paulo. Entra e sai governo, ela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

permanece lá e hoje já está na 23ª edição. Isto é algo extremamente importante. Esperamos muito que a Bienal do Livro, independente de quem esteja no governo, seja uma temática de Estado e que, em 2016, possamos estar mais uma vez celebrando o acesso das crianças e dos nossos jovens a ela.

Por fim, trago aqui um pensamento de Pablo Picasso: “Na arte não existe passado nem futuro. A arte que não está no presente não existirá nunca”. A Câmara Legislativa tem um papel importante nisso. Que a gente faça a manutenção desse tão grande e importante evento, não comercial, mas como política de Estado, de incentivo à leitura e à produção literária no Distrito Federal.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado e boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputado Cláudio Abrantes. Parabéns pelo seu pronunciamento em defesa da qualidade da formação dos nossos estudantes.

Concedo a palavra ao Deputado Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que estamos aqui caminhando para o entendimento. Mas nenhum – nenhum – servidor que está aqui não quer ver a sua carreira reestruturada; nem esses servidores da carreira Sinase. Aí eu posso falar, Sr. Presidente, como membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar que acompanhou esses servidores. Em dois anos que estive à frente da comissão, esse sindicato – que, aliás, não é pelego – trabalhou, e muito, pelo avanço dessa categoria e conseguiu junto ao governo um aumento, uma reestruturação. Cabe, sim, ao governo...

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Calma, calma! Deixem-me terminar. Depois de eu falar, vocês podem vaiar ou aplaudir, mas deixem-me falar. Não posso falar de quem eu não conheço, só de quem eu conheço. Até hoje eu não fui nem procurada pelo presidente do sindicato de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputada, por gentileza, dirija-se ao Plenário.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Só garanta a minha fala.

Eu quero falar, Sr. Presidente, que, mesmo assim, em todas as minhas falas, pedi a isonomia, porque acho muito ruim quando aqui chega um projeto que privilegia uma carreira e esquece a outra. Mesmo conhecendo esse sindicato de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

perto, mesmo sabendo da sua luta, do pedido de reestruturação por três anos seguidos, eu pedi, no dia em que o projeto chegou, que não o votássemos até que iniciássemos a negociação. Hoje, conseguimos isso. Hoje, a gente conseguiu.

Mas eu acho que nenhum Parlamentar pode chegar aqui e falar que nós não vamos votar hoje, porque ele não manda em mim e em nenhum outro Parlamentar aqui. Temos que criar um consenso, sim, para votarmos isonomia para todo mundo. Se conseguirmos criar isso aqui hoje, aí sim teremos uma melhoria e uma garantia para todas as carreiras – para todas elas. Mas falar que não vamos votar... Se conseguirmos um acordo entre os presidentes dos dois sindicatos que estão aqui – que merecem respeito, os dois –, para criarmos um projeto que traga a isonomia para todo mundo e traga o benefício, iremos votar. Não é que a gente não vai votar. Se for bom para os dois, a gente vai votar, sim.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Registro a presença da Secretária da Criança e da Subsecretária Adjunta de Administração. Eu pediria que elas adentrassem o plenário para discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, galeria, imprensa, boa tarde.

O assunto que vou trazer agora é algo de que eu já tinha falado na quarta-feira. Algumas pessoas mandaram mensagens por *e-mail* e Facebook e fizeram algumas críticas. As críticas são muito bem-vindas quando são construtivas.

Eu falei referente à defesa da mulher. O número de agressões e de denúncias dado pelo Ministério Público do Distrito Federal cresceu 5.000%, Sr. Presidente. Quando eu fiz a observação de que aqui no Distrito Federal nós temos que ter mais delegacias da mulher, algumas pessoas nos criticaram. De fato, não deveria haver delegacia da mulher, se não houvesse agressão, Deputado Chico Vigilante, se não houvesse as denúncias.

Só que se há esse aumento das denúncias – como V.Exa. acabou de falar, isso é uma atitude, uma ação de cabra safado, sem-vergonha –, se isso tem acontecido, o número de delegacias tem que aumentar, sim. Porque aumentaram as denúncias, significa que aumentou a violência? Isso está sendo estudado. Mas se aumentaram as denúncias, é porque as mulheres estão sendo incentivadas a denunciar, sim. Isso é importante registrar.

Está havendo campanha da Câmara Legislativa, da imprensa, do governo; porém, não adianta haver campanha, nobre Deputado Chico Vigilante, se não houver



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

quem vai fazer esses processos, quem vai acompanhar essas denúncias. Para isso, tem que haver, sim, mais delegacias da mulher. Hoje aqui no Distrito Federal, só temos uma na Asa Sul, mas onde os problemas mais acontecem é na periferia, no Itapoã, em Brazlândia, em várias de nossas cidades. Então, tem que se aumentar, sim. E a nossa Polícia Civil, nosso nobre delegado, tem pessoas para fazer isso, porém não é o suficiente. Nós temos que aumentar, sim. Eu continuo batendo nessa tecla. Cobro do nosso governador e cobro do atual Secretário de Segurança Pública que aumentemos a quantidade de delegacias, a quantidade de agentes. Principalmente, quem tem que tomar conta dessa parte é o Estado, que é o responsável por isso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Evandro Garla.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aqui parabenizar o Deputado Evandro Garla pela colocação. Nós precisamos realmente criar novas delegacias da mulher, mas nós já temos, em cada delegacia, a seção que cuida dos crimes contra as mulheres. Não resta, no entanto, dúvida de que a interferência do Deputado Evandro Garla é de grande valia. Precisamos aumentar o efetivo da Polícia Civil. Precisamos fazer mais delegacias em defesa das mulheres. Isso é muito importante.

Então, eu venho aqui parabenizar o Deputado Evandro Garla, porque é muito pouco só uma seção para cuidar da questão da mulher. Por isso, eu quero parabenizar o Deputado Evandro Garla.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Dr. Michel.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a V.Exa. por ter me deixado falar. Raramente peço o uso da palavra, mas eu queria aqui falar hoje de um assunto muito triste. Hoje fui ao enterro de um senhor chamado Antônio Pinheiro. Há quatorze anos, eu conheci esse senhor. Ele ocupava uma área de chácara, há mais de quarenta anos, ali na Sucupira. Ele é um daqueles que manteve a vocação rural daquela área, enquanto vários outros grilaram, parcelaram. O governo está querendo regularizar... Esse senhor fez o contrário. Um belo dia foi criada a Secretaria de Meio Ambiente, resolveram criar um parque de visitação e resolveram tirar os chacareiros de lá. Os condomínios ninguém quis tirar; mas os chacareiros, que preservavam, foram tirados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Durante quatorze anos, peregrinei com ele na TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília –, no IBRAM – Instituto Brasília Ambiental –, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal –, e não conseguimos resolver a situação. Ontem ele faleceu, uma pessoa de 86 anos. Quando eu o conheci, ele tinha 72.

Então, eu vim aqui hoje só relatar, Sr. Presidente, que as pessoas no governo tinham que ser mais proativas – não nesse governo apenas, porque a gente trabalha nisso há quatorze anos, desde antes de eu estar como Deputado. Eu queria registrar isso aqui. É preciso que as pessoas que estejam à frente de políticas públicas olhem também o caráter humano da situação. Foi um senhor que lutou muito, e eu espero que lá nesse Parque Sucupira... V.Exa. conhece muito bem a realidade, como todos os Parlamentares aqui.

Quero fazer aqui o registro da luta de um senhor que tentou preservar aquela área fazendo dela uma área com vocação rural, que era a vocação original. Depois a transformaram num parque de visitação, o que não impediria a atividade dele. Fica aí o meu registro.

Quanto aos companheiros aqui, amigos servidores públicos, eu queria dizer o seguinte: eu fico muito triste. Eu não sou Deputado, eu estou Deputado. Eu sou servidor público. É muito ruim quando uma ação de governo divide a categoria. Quem perde é a sociedade. É muito ruim. (Palmas.) É muito ruim porque, na verdade, todo mundo tem que ganhar.

Eu estou falando como servidor público. O Deputado Chico Vigilante deu o exemplo aqui, a gente trabalhou com o DETRAN – Departamento de Trânsito do Distrito Federal e com o DER – Departamento de Estradas de Rodagem. Nós aqui trabalhamos para que todo servidor público tenha ganho, porque, na verdade, nós somos servidores do Estado. Os políticos estão no governo. Nós servidores somos governo para o resto da vida. Não pode haver vencedor, não pode haver vencido.

Quando eu terminar de falar aqui provavelmente o Presidente vai suspender a sessão. Os Secretários estão ali. Nós vamos nos reunir com eles e vamos chegar a um denominador comum para hoje votarmos e atendermos a todos vocês. Atender a todos. É dessa forma que nós vimos trabalhando aqui na Casa. Aqui há 14 Deputados servidores públicos de origem, e mesmo os que não são – como o Deputado Cristiano Araújo; o Deputado Olair Francisco; o Deputado Dr. Michel, que é aposentado, mas é; a Deputada Eliana Pedrosa – sempre ajudaram o servidor.

Hoje nós estamos vivendo um momento de Páscoa, de renascimento. Eu acho que a gente devia aproveitar – porque a Páscoa não acabou domingo, começou o tempo pascal – esse espírito de renascimento e fazer esse entendimento para que vocês todos voltem para casa com a tranquilidade de saber que esta Casa trabalhou para beneficiar todos vocês; mas não só vocês, principalmente a sociedade, que depende do trabalho de vocês e que é a maior beneficiada por isso. Podem ter



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

certeza de que nós do PMDB e todos os demais 24 Parlamentares trabalharão para isso.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer a intervenção do nobre Deputado Dr. Michel, quando S.Exa. fez referência à parte das seções das delegacias em que se está debatendo sobre a importância de haver as ações específicas em defesa da mulher.

No sábado agora foi realizado em todo o Brasil um movimento, o Dia Universal da Mulher. Todos os locais estiveram repletos, aqui, no caso, foi o Ginásio Nilson Nelson. Mais de 20 mil mulheres ali estiveram debatendo e trabalhando contra a violência doméstica. A sociedade civil está fazendo a sua parte. Agora é necessário que o Estado também faça a dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Evandro Garla.

Estão encerrados os Comunicados de Parlamentares. Dá-se início à

ORDEM DO DIA

Item nº 19:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.185, de 2012, de autoria de vários Deputados, que “estabelece procedimentos para o porte de armas de fogo, mesmo fora de serviço, pelos agentes de atividade penitenciária do Distrito Federal e dá outras providências”.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria contar com a complacência de V.Exa. para que nós pudéssemos acelerar nas comissões a apreciação do PL nº 93 – já falei com o Deputado Cristiano Araújo, vou falar com o Deputado Cláudio Abrantes –, que trata da desafetação das áreas para a criação dos lotes, principalmente em Sobradinho II, Ceilândia e Riacho Fundo.

Quero contar com a compreensão de V.Exa. para que, na semana que vem, coloquemos em votação o projeto, porque o povo está muito angustiado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Dr. Michel, hoje, inclusive, eu comentava com o Deputado Cristiano Araújo sobre a importância desse projeto. Nosso mandato tem acompanhado algumas dessas áreas. O Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Cristiano Araújo é o presidente da Comissão de Assuntos Fundiários. Naturalmente, a matéria remete-se a outras comissões. V.Exa. está coberto de razão.

O relatório sobre o veto foi proferido na sessão ordinária do dia 16 de abril.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, como Líder do Governo, solicito a palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Líder do Governo. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, no Colégio de Líderes, o acordo foi pela manutenção do veto. O voto é “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	26



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 22/04/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) | AOS ART. 3º

☐ PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☒ PROJETOS DE LEI Nº(S): 1.185/2012

AUTORIA: ☒ VÁRIOS DEPUTADOS ☐ Poder Executivo

RELATORIA: ☒ DEP. CHICO LEITE

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ALÍRIO NETO	PEN				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB				X		
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB				X		
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB				X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L			14			10		

SECRETÁRIO (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA)

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	-
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO	-		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel para declaração de voto.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei “sim”, pela manutenção do veto. Apesar de ser, juntamente com o Deputado Wellington Luiz e com a Deputada Celina Leão, autor do projeto, que, em tese, é inconstitucional. A inconstitucionalidade só seria declarada pelo TJDF ou por qualquer órgão que o valha.

Estou aqui hoje dizendo “sim” à manutenção do veto, para não cairmos naquela constância de haver leis inconstitucionais na Câmara Legislativa. Mas temos que levar esse debate mais longe, inclusive à Câmara dos Deputados, porque ou nesse sábado ou nessa semana, morreu um técnico de atividade penitenciária em mera discussão de trânsito. Não sabemos se foi pela discussão de trânsito ou se foi por questões de trabalho dele.

Acredito que, pela violência que temos hoje, os policiais e as demais pessoas que trabalham com presos ou até mesmo com adolescentes em ato de infração merecem, sim, ter porte de arma para garantir sua própria segurança. Essa discussão tem que ir além.

As pessoas que estão vaiando não estão entendendo o condão da minha discussão. Eu não estou contra nem a favor, sou pela discussão. Ninguém sabe do que se trata. Ainda vou mais longe: como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, acho que está na hora de cada cidadão começar a andar armado, porque ninguém aguenta mais essa situação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão, para declaração de voto. Eu insisto com os colegas: quanto mais nós procrastinamos, mais demora o processo de entrada do projeto.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só quero dizer algo importante. Fizemos essa emenda no momento em que estava para ser votada na Câmara dos Deputados uma medida provisória. Agora os agentes penitenciários conseguiram êxito junto à Presidenta Dilma.

Na realidade, Sr. Presidente, o agente penitenciário é um servidor, sim, da carreira de segurança pública. Alguém tem dúvida de que o agente penitenciário é um policial também? Eles voltaram a ter o porte de armas graças à Presidenta da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

República. Eles já têm o porte de arma. Mesmo sendo inconstitucional, em determinado momento, isso foi importante, porque eles mantiveram as armas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz para declaração de voto.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito rapidamente, eu quero aqui manifestar meu apoio ao Deputado Dr. Michel e dizer que manifesto também meu apoio a essa categoria. Como policial, acho que eles deveriam andar armados, sim, porque cuidam da sua segurança e da segurança de terceiros.

É muito fácil criticar quem coloca sua vida em risco. Por que não se colocam no lugar deles? Ou têm dúvidas de que essas “crianças”, entre aspas, que estão lá no Caje são perigosas?

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Só um minutinho, Deputado Olair Francisco. Depois da leitura do item nº 33, concederei a palavra a V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio para declaração de voto.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer do acerto de manter esse veto. Eu divirjo dos colegas que falaram anteriormente. Não é verdade que um ATRS é um polícia. Não é! Isso está em contradição com a lei do Sinase, com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com a Constituição Federal; ou seja, o agente penitenciário é uma coisa, outra coisa é o ATRS.

Tentou-se aqui aprovar a lei. É correto manter o veto. Esse é um tema federal que o Congresso Nacional deverá discutir a tempo. É claro que há divergência. É uma divergência ideológica! Por isso, eu quero manifestar aqui minha posição clara.

No caso dos ATRS, entendo que a Deputada Celina Leão não falou disso. S.Exa. falou dos agentes penitenciários, mas estão na mesma situação. Não podemos achar que o armamento da sociedade é a solução para os problemas de violência que temos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Alerto aos colegas que o horário de debate sobre essa matéria já foi vencido. Que nós possamos nos ater às matérias em tela. Caso contrário, vamos procrastinar bastante o tempo para chegarmos à apreciação do projeto, se houver acordo. Peço a compreensão dos colegas Parlamentares.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. pediu para não entrar no debate, mas tenho minha concepção sobre a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

questão da arma, que não será dita aqui. No dia da minha fala, eu vou me manifestar a respeito disso, porque tenho minha posição. Eu respeito muito a Deputada Arlete Sampaio, mas tenho uma concepção completamente diferente da dela. O cidadão está morrendo!

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Dr. Michel, obrigado pela compreensão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para ficar claro: o veto que foi derrubado foi o veto ao projeto relacionado aos agentes penitenciários. O nosso debate tratava de porte de arma do agente. Portanto, não tinha nada a ver com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Item nº 33:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 731, de 2012, do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a disponibilização de equipamentos adaptados para lazer e recreação para portadores de necessidades especiais, na forma que especifica”.

O relatório ao veto parcial ao Projeto de Lei nº 731, de 2012, foi proferido na sessão ordinária do dia 16 de abril de 2014.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de comunicar a todos que o acordo é pela manutenção do veto. Voto “sim”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	30



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 22/04/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S)

PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º

☐ PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☒ PROJETOS DE LEI Nº(S):

731/2012

AUTORIA: ☐ WELLINGTON LUIZ

☐ Poder Executivo

RELATORIA: ☒ CLÁUDIO ABRANTES

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ALÍRIO NETO	PEN				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT				X		
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB				X		
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB				X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L			14			10		

SECRETÁRIO (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA)

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	-
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO	-		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 46:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 668, de 2011, de autoria do Deputado Olair Francisco, que “dispõe sobre a fixação permanente de placas ou cartazes no interior das instituições financeiras e outros estabelecimentos que operem com financiamento, crediário, empréstimos ou outras operações do gênero, no âmbito do Distrito Federal”.

Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Robério Negreiros, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	32



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de
Lei nº 668/11, que *dispõe sobre a fixação
permanente de placas ou cartazes no interior
das instituições financeiras e outros
estabelecimentos que operem com
financiamento, crediário, empréstimos ou
outras operações do gênero, no âmbito do
Distrito Federal.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 215/2013-GAG (fls. 19), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 668, de 2011, de autoria do Deputado Olair Francisco.

A proposição foi aprovada sem emendas, ficando a redação final conforme fls. 14.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** quanto ao conteúdo do inciso II do artigo 3º, sob o argumento de que embora seja juridicamente adequado prever sanção pelo descumprimento de norma, o Poder Executivo não pode sancionar a multa, porque a UFIR foi extinta pela Lei Federal nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

DEPUTADO ROSEÍDO NEGREIROS
RELATOR "AD HOC"



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o acordo é pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	34



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 22/04/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S)

INCISO II DO ART. 3º

☐ PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☒ PROJETOS DE LEI Nº(S): 668/2011

AUTORIA: ☒ OLAIR FRANCISCO

☐ Poder Executivo

RELATORIA: ☒ ROBÉRIO NEGREIROS

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ALÍRIO NETO	PEN				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT				X		
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X		
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB				X		
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB				X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L			13			11		

PROF. ISRAEL BATISTA
SECRETÁRIO (DEPUTADO)

VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	-
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	11		
OBSTRUÇÃO	-		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis.

Total de votantes: 13.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero deixar bem claro que eu sou a favor de o cidadão andar desarmado. É apenas este o meu pronunciamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Item nº 50:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 794, de 2012, do Deputado Evandro Garla, que “obriga os motoristas e cobradores dos ônibus do sistema de Transporte Público do Distrito Federal – STPC/DF, quando da interrupção do itinerário do respectivo veículo, em face de problemas mecânicos, hidráulicos, elétricos, abaloamento ou quaisquer outros motivos que ocasionem defeitos, a fornecer informações aos passageiros que solicitarem, e dá outras providências”.

Solicito aos Srs. Deputados que se encontram no *hall*, em seus gabinetes, por gentileza, que retornem ao plenário desta Casa, porque ainda há várias matérias na pauta do dia a serem deliberadas. Eu lhes solicito isso encarecidamente, Srs. Deputados, pois esta Presidência terá que estar na posse do Presidente do Tribunal de Justiça nos próximos minutos e não podemos perder o *quorum*.

Eu solicito, Srs. Parlamentares, que retornem ao plenário para auxiliar no processo de deliberação.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	36



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 794/2012, que *obriga os motoristas e cobradores dos ônibus do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal-STPC-DF, quando da interrupção do itinerário do respectivo veículo, em face de problemas mecânicos, hidráulicos, elétricos, abalroamento ou quaisquer outros motivos que ocasionem defeitos, a fornecer informações aos passageiros que solicitarem, e dá outras providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 250/2013-GAG (fls. 28), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 794, de 2012, de autoria do Deputado Evandro Garla.

A proposição foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 22.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** quanto ao conteúdo inciso I do art. 1º, sob o argumento de que a responsabilidade sobre a prestação de serviços de transporte público é das



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

2

concessionárias e não dos trabalhadores, segundo preceitos da Constituição Federal (art. 37, § 6º).

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

DEPUTADO ROSEMO NESPINO
RELATOR "AD HOC"

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 794 / 2012
FOLHA 33 RUBRICA (B)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, Como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o acordo do Colégio de Líderes é pela manutenção do veto. Portanto, o voto é sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	39



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 22/04/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S)

☐ PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☒ PROJETOS DE LEI Nº(S):

AUTORIA: ☒ EVANDRO GARLA ☐ Poder Executivo

RELATORIA: ☒ ROBÉRIO NEGREIROS

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ALÍRIO NETO	PEN				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT				X		
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X		
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB				X		
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X					
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB				X		
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT	X					
T O T A L			13			11		


SECRETÁRIO (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA)

VOTOS "SIM"	13	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	-
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	11		
OBSTRUÇÃO	-		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Total de votantes: 13.

Fica mantido o veto. A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla, para declaração de voto.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para apresentar esse projeto, a ideia inicial foi justamente dar condições aos trabalhadores de oferecerem uma justificativa, de fato, um atestado ao seu patrão, à sua empresa, pois o que acontecia era que muitos patrões e muitas empresas não estavam aceitando os atrasos ocorridos pelo enguiço dos ônibus e cobravam por isso. Quando a proposta foi apresentada, em 2012, a quantidade de ônibus que estava quebrando era muito grande, e ainda hoje, mesmo com a frota nova, ainda têm acontecido muitos problemas. Foi feito um acordo, junto às Lideranças desta Casa, para não se responsabilizar o motorista por isso, e, de fato, ele não tem essa responsabilidade. A empresa, sim, tem que dar esse atestado ao trabalhador.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Evandro Garla.

Comunico a todos os presentes que haverá *quorum* mesmo com a minha saída para a posse do Presidente do Tribunal de Justiça. Retornarei em seguida e espero ainda alcançar a sessão em tempo de apreciar as proposições que ainda estão previstas na Ordem do Dia.

Há um acordo para votação de sete a oito vetos. Depois, passaremos para a pauta com projetos dos Deputados. Concluindo-se a discussão das emendas, iremos à deliberação dos colegas Parlamentares.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel Batista.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Eu gostaria de anunciar que o veto apreciado se referia ao inciso I do artigo 1º.

Convido a Deputada Celina Leão a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 51:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 784, de 2012, do Deputado Cláudio Abrantes, que “estabelece critérios para a criação de região administrativa no Distrito Federal e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	41



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de
Lei nº 784/2012, que *estabelece critérios para
a criação de região administrativa no Distrito
Federal, e dá outras providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 277/2013-GAG (fls. 25/26), o Chefe do Poder
Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº
784, de 2012, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes.

A proposição foi aprovada com alterações, ficando a redação final
conforme fls. 17/18.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto
parcial** ao conteúdo dos incisos IV, V, VII e VIII do art. 2º e sobre os arts. 3º e 4º.

Quanto aos incisos IV, V e VII do art. 2º, alegou o Governador que a
exigência de alocação de recursos orçamentários e financeiros e de disponibilização
de imóvel só poderia ser efetivada após vigência de lei que criar a região
administrativa, do contrário, ter-se-ia alocação de recursos no orçamento e
disponibilização de imóvel para função não autorizada em lei.

Quanto ao inciso VIII do art. 2º, apontou que leva para o Conselho de
Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN matéria sujeita à

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PL N.º 784 2012
FOLHA 32 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

2

competência exclusiva do Governador (LODF, art. 11 c/c o art. 100, X) e do Poder Legislativo (LODF, art. 13).

No que toca ao artigo 3º, apontou que dada à generalidade de sua redação, pode trazer dúvidas sobre seu alcance, pois matérias como educação, saúde, segurança, transporte, água, energia, de execução regionalizada, não estão sujeitas às administrações regionais.

O veto ao art. 4º decorreu do fato de que o dispositivo dá efeitos retroativos à norma, o que o torna inexecutável. As regiões administrativas já criadas resultam da autonomia político-administrativa do Distrito Federal, não podendo a Lei fixar critérios para serem cumpridos após a sua efetivação.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

DEPUTADO ROBERTO NEGREIROS
RELATOR "AD HOC"

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 784 / 2012
FOLHA 33 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Em discussão o relatório.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, como Líder do Governo, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a discussão que houve no Colégio de Líderes foi pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	44



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 22 / 4 / 2014

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _ INCISOS IV, V, VII, E VIII DO ART. 2º E AOS ARTS. 3º E 4º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº (S) : _____
☒ PROJETO DE LEI Nº (S) : 784/2012

Autor: Deputado(a): CLÁUDIO ABRANTES ☐ Executivo

Relator: Deputado(a): ROBÉRIO EGREIROS

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.*	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ALÍRIO NETO	PEN				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT		X				
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT		X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB				X		
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV			X			
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT				X		
	TOTAL		11	2	1	10		

*(Art.109 parágrafo 8º do RI)

ASSP _____ SECRETÁRIO DEP. CELINA LEÃO ASSP _____
Fls. ° _____ / _____

VOTOS "SIM"	11	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	2	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	1		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO			

CONSOLIDADO POR _____ ASSP/ _____ Nº _____ / _____
ASSINATURA _____ MAT. _____ FOLHA Nº _____



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 11 votos favoráveis, 2 votos contrários e 1 abstenção. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes para declaração de voto.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não quis ir para a discussão, porque nós temos um tempo exíguo e temos categorias na Casa discutindo um tema muito delicado. Eu quero apenas, nesta declaração de voto, lamentar o veto a determinados incisos deste projeto.

No nosso entendimento, este projeto de lei – e é bom que a assembleia entenda – visa a disciplinar a criação de novas regiões administrativas. Até pouco tempo, nós vivíamos no Distrito Federal uma situação em que as administrações eram criadas por critérios meramente políticos. Hoje nós não podemos compactuar com isso.

Brasília nasceu sob a égide de uma cidade planejada. Eu acho que, para se criar uma região administrativa, é necessário ter critérios, é necessário ter elementos que apontem que aquela região necessita efetivamente de determinadas ações e que isso possa gerar desenvolvimento. Óbvio que a lei foi sancionada, ela existe, mas esses incisos que foram retirados alteraram profundamente a lei e alteraram o espírito da lei, que era o nosso objetivo. Uma lei que foi elogiada por membros da Codeplan, que é o órgão do governo que cuida do planejamento.

Por isso, eu lamento o veto. Obviamente, foram expostas questões jurídicas e legais, com as quais eu também não concordo, mas ao menos nós temos hoje no Distrito Federal um diploma legal que estabelece critérios para a criação de novas regiões administrativas.

Lamento mais uma vez a retirada desses incisos, mas não podia deixar de fazer a minha declaração de voto e, mesmo sendo da base do Governo, votar “não” visto que sou autor do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Obrigado, Deputado Cláudio Abrantes.

Item 81:

Apreciação do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 1.693, de 2013, do Poder Executivo que “Autoriza a cessão de uso do Museu da República Honestino Guimarães à União”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

Solicito ao Relator, Deputado Cláudio Abrantes, que profira relatório sobre o veto parcial ao inciso I do art. 1º.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, só para informar que eu sou o autor do projeto; portanto, não posso relatar.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão do orador.) – Eu queria, Sr. Presidente desta sessão, pedir a V.Exa. que retire da pauta de hoje esse veto porque não foi devidamente esclarecida ao autor da emenda a motivação do veto.

Então, que deixemos para votar em um outro dia e prossigamos com a apreciação dos demais itens.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 82:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.732, de 2013, do Poder Executivo, que “institui o Serviço de Mototáxi no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

Na ausência do Relator, Deputado Chico Leite, solicito ao Deputado Cláudio Abrantes que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para proceder à leitura do relatório) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	47



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº J , DE 2014 – CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de
Lei nº 1732/2013, que *institui o Serviço de
Mototáxi no âmbito do Distrito Federal e dá
outras providências.*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 46/2014-GAG (fls. 101), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1732, de 2013, de autoria daquele Poder, que “institui o Serviço de Mototáxi no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

A proposição foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 66/96.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** ao conteúdo do parágrafo único do art. 41, sob o argumento de revisão anual de tarifas não é a melhor opção, segundo os órgãos técnicos do Governo. O que deve ser garantido é o equilíbrio econômico-financeiro, conforme dispositivo do texto original enviado à Câmara Legislativa pela Poder Executivo.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

ad. Chico Leite
DEPUTADO CHICO LEITE
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 1732 / 2013
FOLHA 127 RUBRICA *CB*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	49



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 22/04/2014



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S)

PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 41

☐ PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☒ PROJETOS DE LEI Nº(S):

1.732/2013

AUTORIA:



☒ Poder Executivo

RELATORIA:



CLÁUDIO ABRANTES

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	ABST	AUS	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC				X		
	ALÍRIO NETO	PEN				X		
	ARLETE SAMPAIO	PT	X					
	AYLTON GOMES	PR				X		
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X					
	CELINA LEÃO	PDT	X					
	CHICO LEITE	PT				X		
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CLÁUDIO ABRANTES	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X					
	DR. MICHEL	PP	X					
	ELIANA PEDROSA	PPS	X					
	EVANDRO GARLA	PRB	X					
	JOE VALLE	PDT				X		
	LILIANE RORIZ	PRTB				X		
	OLAIR FRANCISCO	PTdoB				X		
	PATRÍCIO	PT				X		
	PAULO RORIZ	PP				X		
	PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PV	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB	X					
	RÔNEY NEMER	PMDB	X					
	WASHINGTON MESQUITA	PTB	X					
	WELLINGTON LUIZ	PMDB	X					
	WASNY DE ROURE	PT				X		
T O T A L			14			10		

SECRETÁRIO (DEPUTADO CELINA LEÃO)

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	-
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO	-		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item 84:

Apreciação do Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 1.104, de 2012, do Deputado Prof. Israel Batista, que “dispõe sobre a utilização obrigatória de papel reciclado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes para emitir relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PT. Para emitir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	51



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº 1, DE 2014 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de
Lei nº 1.104/2012, que dispõe sobre a
utilização obrigatória de papel reciclado pelos
órgãos e entidades da Administração Pública
Direta e Indireta do Distrito Federal.

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 48/2014-GAG (fls. 47), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1.104, de 2012, de autoria do Deputado Professor Israel Batista.

A proposição foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls.39/40.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** ao conteúdo do art. 3º, sob o argumento de que o dispositivo cria novas atribuições para o Poder Executivo, o que não é possível em projeto de iniciativa parlamentar (Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 71, § 1º, IV). Além disso, ao dar atribuição a um grupo de trabalho para definir os itens de materiais de expediente de papel reciclado, a proposição conflita com o poder regulamentar, próprio da autoridade máxima do Poder Executivo.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL nº 1104/2012
FOLHA 52 RUBRICA 103

DEPUTADO CHICO LEITE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio para encaminhar a votação.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, o acordo é pela manutenção do veto, voto sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Nós não temos *quorum* para deliberar.

Eu queria fazer uma sugestão à Líder do Governo. Nós temos certeza de que há Parlamentares na Casa. Faço um encaminhamento: ou suspendemos a sessão e discutimos, para ver se criamos um acordo para votação ou não do projeto, ou realmente encerramos.

Eu gostaria de ouvir os Líderes quanto ao encaminhamento.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, o nosso posicionamento é pelo cumprimento do Regimento, encerrar a sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sra. Presidente, o meu posicionamento é fazer como tem sido feito nos últimos dias, fazer um chamamento dos Deputados para ver se S.Exas. retornam. Caso não retornem, passamos ao encerramento mesmo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Nós estamos aqui, Deputado Dr. Michel, discutindo se vamos encerrar a sessão por falta de *quorum* ou se vamos tentar conseguir o *quorum* para encaminhar uma votação ainda hoje do projeto. Somos 12 Deputados. Não temos *quorum* para apreciar nenhum projeto.

Deputada Eliana Pedrosa, V.Exa. podia saber do Willemann, que estava na reunião, se houve um acordo ou não. Se não há acordo, encerraremos a sessão; se há acordo, votaremos. Acho que temos que ser francos com as duas carreiras que estão aqui: se há acordo vamos votar; se não há, acho que temos que encerrar para não criar uma expectativa.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, os três Deputados do PMDB estão aqui. O Deputado Rôney Nemer saiu, mas voltará logo. O PMDB está em condições de votar. Nós estamos aqui preparados para votar conforme foi acordado.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, os três Secretários estão reunidos aqui na sala ao lado, na sala de reuniões do plenário, e ainda não têm um acordo formulado. Ainda será preciso, depois do acordo entre eles, chamar as duas categorias para verificar se há acordo também com elas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22 04 2014	15h45min	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

A Mesa toma a decisão. Se for possível suspender a sessão e propor uma retomada com *quorum* seria o ideal. Acho que é assim que deveríamos trabalhar. Se não for possível, suspendemos a sessão e marcamos para votar amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputada.

Esta Presidência acata a sugestão da Deputada Arlete Sampaio, porque não temos *quorum*. Se convidarmos novamente os Parlamentares para estarem aqui...

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Só um momento, pessoal, só para vocês ouvirem. É muito importante essa reunião para criarmos um projeto isonômico.

A Deputada Arlete Sampaio disse hoje, na reunião de Líderes, que nós precisamos respeitar as pessoas. Nesta Casa, não pode haver derrotados. Todo servidor público, mesmo que seja um erro do governo, tem que sair daqui de cabeça erguida.

Então, com todo o respeito, eu quero fazer uma sugestão a vocês: vamos suspender, tentar achar um consenso, e tentamos trazer de volta o *quorum*, se houver consenso. Se não houver, eu quero fazer uma sugestão, Deputada Arlete Sampaio, e um compromisso: que amanhã retornemos.

Pessoal, eu vou ficar aqui, mas nós não estamos tendo *quorum* nem para manter a sessão. Nós não temos *quorum* aqui.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não adianta eu prometer para vocês um *quorum* que a gente não tem. Olha só, eu vou suspender a sessão e vamos tentar trazer os Parlamentares. Se houver acordo, votamos. (Palmas.)

A Presidência vai suspender os trabalhos durante trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 18h10min, a sessão é reaberta às 19h11min.)

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está reaberta a presente sessão.

Por falta de *quorum*, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h11min.)